
Caríssimos Membros, as aulas serão remotas: descrição do processo de virtualização de aulas e a rede de solidariedade entre docentes do ensino de educação superior em período pandêmico pela Covid-19¹

Samara BROCHADO²
Raquel LOBÃO³

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ
Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ

Resumo

Com os desafios da conjuntura do primeiro semestre de 2020 em relação a pandemia da Covid-19, este artigo se propôs a apresentar os desafios enfrentados por trabalhadores docentes no processo de virtualização das aulas. O artigo se configura em uma análise conjuntural, no processo de virtualização da prática pedagógica e na criação de uma rede de solidariedade entre docentes no intuito de partilhar usos de ferramentas digitais para as aulas remotas. O artigo consta com uma descrição de dois cursos criados a partir da rede de solidariedade, com docentes da cidade de São Paulo e da região metropolitana do Rio de Janeiro e com depoimentos da experiência que integrantes destes cursos enfrentaram no processo de ensino remoto do início deste ano até o momento presente.

Palavras-chave: Virtualização do ensino; Ensino Remoto; Práticas pedagógicas digitais; Covid-19.

Implicações da pandemia da Covid-19 em relação à educação⁴

Metade das crianças e adolescentes do mundo ficaram fora da escola (DW, 2020). Historicamente é o primeiro acontecimento de tamanha magnitude. Foram mais de 160

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob subsídio do programa de bolsas de estudos da FAPERJ. Professora licenciada da Universidade Castelo Branco, RJ. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). E-mail: samara.brochado@gmail.com

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Braga, Portugal). Professora Adjunta no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Petrópolis (UCP-RJ) e Professora Substituta na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: raquel.evangelista@ucp.br.

⁴ Este texto deriva de trabalho final da disciplina “Docência do Ensino Superior”, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ministrada pelo professor Alexandre Farbiarz.

países sem aulas presenciais, somando mais de 1,5 bilhão de crianças e jovens sem frequentar o ambiente escolar. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), há uma projeção de evasão escolar de quase 24 milhões de estudantes no próximo ano de 2021 em decorrência dos efeitos da pandemia. Portanto, falar em pandemia não perpassa apenas as várias questões de isolamento social que estamos a enfrentar enquanto este artigo é produzido, mas é importante destacar que os efeitos e suas qualidades - que ainda não somos capazes de classificá-los - não estão apenas no momento presente, mas que surtirão "perturbação educacional sem precedentes"⁵, para além das diversas soluções que venham a ser encontradas (ONU, 2020).

Muito embora UNESCO, UNICEF e OPAS/OMS (2020) digam ser importantíssimo o retorno às aulas o mais breve possível, estas também afirmam que o retorno só deverá ser realizado mediante análise dos riscos de contágio e que se tenha segurança em relação à uma possível propagação do vírus no ambiente escolar.

Tamanha preocupação se dá pois, muito embora crianças não sejam as mais prejudicadas pelas consequências trágicas da Covid-19, estas podem servir de agentes transmissores aos mais vulneráveis e no ensino superior, estamos a falar de jovens adultos onde a taxa de transmissão deste grupo aproxima-se da de adultos (UNESCO, 2020).

Análise das políticas e gestão públicas quanto aos procedimentos para o retorno das aulas presenciais no Brasil no período da pandemia pela Covid-19

A Constituição Federal em seus artigos 211 e 214 estabelecem que União, Estados, Distrito Federal e Municípios devam estar organizados e em regime de colaboração para o sistema educacional brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶ reforça esta coordenação sinérgica, onde em seu artigo 8º, parágrafo 1º que diz "Caberá a União à coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis" (BRASIL, 1996).

Neste momento, a organização e as decisões necessárias quanto ao retorno presencial das escolas e universidades estão efetivamente a serem conduzidas pelas

⁵ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85210-coronavirus-fechamento-de-escolas-deixa-290-milhoes-de-estudantes-sem-aulas-em-13-paises>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁶ Lei nº 9.394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

gestões estaduais e municipais, ficando apenas a homologação do Ministério da Educação, via medida provisória 934/2020⁷, da suspensão da obrigatoriedade das escolas e universidades quanto ao cumprimento da quantidade mínima de dias letivos no ano.

Tal tensão entre as esferas da gestão pública chega a dissonâncias que complexificam ainda mais a questão. A exemplo, temos o atual prefeito da cidade de Belo Horizonte que, numa intenção de que escolas e universidades não reabram, cassou o alvará de funcionamento de todas as instituições privadas de ensino do município, como resposta ao governo do próprio estado de Minas Gerais que liberou o retorno das aulas no início de outubro deste 2020⁸. Este exemplo deixa evidente que, sem uma política pública centralizada, fica mais complexo vislumbrar qualquer cenário razoável e coeso para o retorno das aulas presenciais, em todo o território nacional, de modo seguro, tanto para as pessoas profissionais da educação como para estudantes.

O que temos é um cenário onde, a depender do estado federativo, há o retorno das aulas presenciais ou não. O estado do Amazonas foi o primeiro estado a retornar com as aulas presenciais em julho, inicialmente para todos os níveis educacionais e para o ensino privado. O ensino público manauara foi retomado em 10 de agosto para alunos do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em 24 de agosto para ensino fundamental I e II (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, 2020).

Neste dia de 25 de setembro de 2020⁹, Amazonas segue como o único estado brasileiro com as aulas presenciais retomadas amplamente. No site da Federação Nacional das Escolas Privadas consta um informe diário quanto a autorização de retorno das aulas onde, neste momento, há 8 estados com alguma determinação de retorno (FENEP, 2020). Todavia, há diversas frentes no Ministério Público e na Justiça contrárias ao retorno presencial. No caso dos colégios militares, os geridos integralmente pelo Exército, tiveram o anúncio oficial de retorno em 21 de setembro, mas por força de determinações

⁷Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁸Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/23/interna_gerais,1188310/pbh-recolhera-alvaras-de-funcionamento-de-todas-escolas-do-municipio.shtml? Acesso em: 25 set. 2020.

⁹ Há um objetivo em deixar evidente a data que este artigo foi escrito, uma vez que a pandemia está em curso e os números e determinações alteram-se consideravelmente, mesmo que com poucos dias de diferença.

judiciais, o retorno dos professores civis nestas instituições foi suspenso, como no caso do Distrito Federal (G1, 2020) e Rio de Janeiro (UOL, 2020).

Neste momento, nenhuma instituição do ensino superior no Brasil retornou às aulas presenciais e há muita dissonância e não convergência de interesses em relação a representantes das instituições privadas e diversos profissionais que compõem o sistema educacional, não havendo perspectivas concretas de como se dará e quando acontecerá o retorno presencial das Instituições de Ensino Superior (IES), sejam privadas ou públicas.

Balanco do processo de virtualização do ensino remoto da Instituições de Ensino Superior no Brasil no isolamento social da pandemia da Covid-19.

Após a suspensão nacional das aulas presenciais em março de 2020¹⁰, o processo de virtualização do ensino deu-se de modo variado, a depender da Instituição de Ensino Superior, mas o que ficou evidente neste processo de virtualização é que docentes foram jogados ao mar das ferramentas tecnológicas digitais.

A prática pedagógica não necessariamente necessita das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como a Educação a Distância (EaD) não necessariamente está atrelada ao uso de sistemas digitais. Todavia, teremos como base para este artigo, o Decreto n° 9.057/2017 que, em seu primeiro parágrafo, considera a EaD como "uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017).

Como estamos a pensar um cenário amplo de ações para a manutenção do ensino durante o período de isolamento e principalmente, na preocupação de alcançar a totalidade de estudantes, quaisquer dos meios tecnológicos existentes no Brasil deveriam ser compreendidos e incorporados em um planejamento emergencial de ações educacionais, com preocupação nacional, integrada entre todos os estados federativos.

¹⁰ A suspensão das aulas presenciais do ensino superior deu-se no dia 17 de março de 2020, através da Portaria n° 343, do Ministério da Educação onde autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas que "utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação" (DOU, 2020). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 25 de set. 2020.

Atualmente ao falar de meios tecnológicos de comunicação e informação, muitos referem-se exclusivamente à Internet, contudo, este é apenas um dos muitos presentes no Brasil e não consegue alcançar toda a população estudantil do país, dado que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação 25,3% da população brasileira não possui acesso a internet (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Mesmo diante tal cenário, a Internet seguiu como o meio basilar da infraestrutura pedagógica das Instituições de Ensino Superior que disponibilizaram o ensino remoto, sejam públicas ou privadas. Portanto, o que se viu no primeiro semestre de 2020 foram aulas síncronas, transmitidas por plataformas de videoconferências, onde tanto docentes como discentes possuíam dificuldades, seja de pleno acesso à internet, literacia ou de infraestrutura para uma adequada transmissão audiovisual. Outro ponto que também nos é caro observar é que parte da população docente nunca tinha feito uso de quaisquer dessas plataformas de videoconferência para suas aulas, tendo que, durante o seu processo de ensino, também aprender o uso das plataformas.

Outro ponto que é de suma importância ressaltar é a questão de que, pelo isolamento social, famílias estão confinadas em seus espaços residenciais. A pandemia trouxe à tona uma questão importante que são as circunstâncias necessárias para uma adequada reprodução social da vida. Agora o mesmo espaço serve para moradia, produção e reprodução social. No mesmo espaço físico que se produz uma avaliação disciplinar, há a preocupação em higienizar adequadamente os produtos comprados no supermercado. Se antes tínhamos uma diferenciação física dos espaços de trabalho e de moradia, com a pandemia essa divisão desmorona.

O cenário supra descrito é apenas uma das muitas realidades sociais no Brasil. Todavia, a grande realidade brasileira é de estudantes moradores de lares precários, normalmente com um cômodo para muitas pessoas da mesma família, onde crianças, adolescentes e jovens são dependentes exclusivamente da oferta alimentar gratuita ou de baixo custo das escolas que frequentam, sem espaço adequado para estudos e onde o acesso à internet é majoritariamente realizado por celular e onde mais da metade não acessa as aulas remotas pela Internet. (UOL, 2020; ECOA, 2020; FOLHA DE SÃO PAULO, 2020; G1, 2020).

Neste sentido, Arruda (2020, p. 266) resume que:

A singularidade da pandemia deve levar também à uma compreensão de que a educação remota não se restringe à existência ou não de acesso tecnológico, mas precisa envolver a complexidade representada por docentes confinados, que possuem famílias e que também se encontram em condições de fragilidades em suas atividades. O ineditismo leva a ações que precisam envolver toda a complexidade da qual faz parte. (ARRUDA, 2020).

Isso faz com que se avenge qual seria a concreta proposição da manutenção de aulas, seja em qual for o nível educacional. Se a preocupação se dá exclusivamente pela saúde física e mental de estudantes, conforme recomendação de ONU, UNESCO, UNICEF e OPAS/OMS ou se o objetivo é especificamente de ordem econômica ou até mesmo política, posto que o Brasil nunca esteve com controle da disseminação e tampouco em um cenário de estabilização da transmissão da Covid-19 (SENADO NOTÍCIAS, 2020) como pudemos ver neste artigo.

Pesquisa sobre a virtualização do ensino na área da Comunicação no Brasil em decorrência da pandemia da Covid-19.

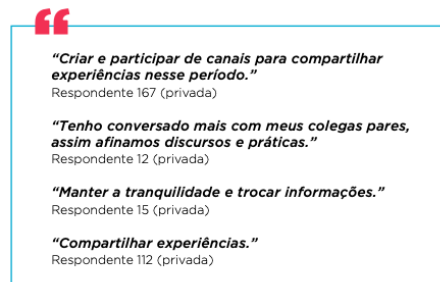
O Grupo de Pesquisa Inovação no Ensino de Publicidade (IEP) iniciou no primeiro semestre de 2020 uma pesquisa intitulada Ensino Remoto de Publicidade e Propaganda em tempos de pandemia (IEP, 2020), para identificar as práticas pedagógicas que docentes do curso de Comunicação supra citado estavam a realizar em suas Instituições de Ensino, durante o processo tanto de transição para o ensino remoto, quanto após instalado, e questões específicas da prática pedagógica.

No primeiro semestre de 2020 é indubitável dizer que o processo de virtualização do ensino não foi previamente planejado. O relatório do IEP deixa evidente que etapas anteriores ao início das aulas deveriam ter sido melhor conduzidas. Planejamento acadêmico, qualificação docente e condições materiais e intelectuais seriam alguns dos itens que se deve ter em mente, seja qual for a modalidade de ensino.

Um dos pontos que destacamos da pesquisa é que devemos entender docente como uma pessoa aprendiz, que precisa exercitar novas práticas pedagógicas. Segundo o relatório: “Aceitar e assumir que nós docentes também estamos num processo de aprendizado no ensino remoto. Os processos formativos docentes sofrem muita crítica em vez de se buscar (re)conhecer a necessidade de aprender” (IEP, 2020, p. 79)

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa do IEP é que, a criação de uma rede de acolhimento e partilha entre docentes são momentos de muita relevância (Figura 1).

Figura 1 – Depoimentos de docentes quanto a rede de acolhimento.



Fonte: IEP, 2020.

Nesta reflexão quanto a uma rede de solidariedade, entendendo que existem professoras e professores na preocupação em não apenas interpretar seus medos, angústias e anseios, mas na busca de uma transformação da realidade em que se está inserida é que foi criado uma pequena rede colaborativa entre docentes de universidades da cidade do Rio de Janeiro e Petrópolis, com o objetivo de justamente partilhar conhecimento, trabalhar efetivamente a *práxis* entre docentes.

Rede de solidariedade e partilha frente ao desafio da virtualização da prática pedagógica durante a pandemia da Covid-19

A terceira tese sobre Feuerbach (MARX, 1845) esclarece que circunstâncias e seres humanos não são estáticos, mas mudados e, portanto, transformados. Neste sentido, “o educador tem ele próprio de ser educado¹¹” (MARX, 1845, pos. 1). Portanto, transformar a realidade é em si, transformar a si e “somente na solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a *práxis* autêntica” (FREIRE, 2018 [1968], p. 52).

¹¹ Muito embora Marx faça uso do artigo masculino como gênero universal, deve-se esclarecer que o autor não apenas referencia homens mas sim, toda pessoa educadora.

A educação bancária também deve ser observada pelos próprios docentes. Como Freire demonstra dialeticamente, docentes também estão a aprender enquanto ensinam. Portanto, se docentes não podem comportar-se como quem possui um cofre neste com um depósito de conhecimento, onde se busca apenas os rendimentos da aplicação inicial.

Partilhar informações já é prática recorrente entre docentes, seja em congressos, grupos de pesquisas, revistas e outros espaços sejam científicos ou não, para que práticas pedagógicas de uns possam colaborar com outros docentes.

Não estamos aqui no objetivo de complexificar as diversas perspectivas de análise de cooperação e colaboração entre pares docentes, ou em qual qualidade há a existência de solidariedade. Partimos apenas de que, parte destes profissionais se cooperam. Também neste artigo não caberá a análise quanto às questões de opressão que a classe operária do ensino enfrenta, mas também partimos do pressuposto de que tal existe e que esta também força docentes a uma laboriosa adaptação e aprendizagem de ferramentas tecnológicas digitais, uma vez que, a depender do sistema educacional em que se esteja, principalmente o privado, a pressão para atendimento de demandas mercadológicas é maior do que a manutenção de práticas pedagógicas que possam ser traduzidas como defasadas.

Este artigo serve como descritivo dos desdobramentos e dos processos de *práxis* autêntica a partir dos conteúdos e discussões ocorridas na disciplina Docência no Ensino Superior, do curso de pós-graduação em Mídia e Cotidiano, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e também de uma investigação exploratória que constatou que docentes necessitavam aprimorar o arcabouço sobre ferramentas tecnológicas digitais.

Desdobramentos da *práxis* autêntica em tempos de pandemia: cursos sobre ferramentas tecnológicas digitais

Como o primeiro semestre foi tomado apenas por uma pronta resposta face ao isolamento, apenas com o decorrer do recesso escolar julino que docentes puderam preparar adequadamente seus conteúdos, já direcionados ao ensino remoto. Neste mesmo período verificou-se uma busca por aprimoramento pessoal de docentes do ensino superior, no que tange ao conhecimento de ferramentas tecnológicas digitais.

Diante tal necessidade por conhecimento de ferramentas digitais para a melhoria da prática pedagógica, foi criado inicialmente um curso de 12 horas, divulgado para uma reduzida quantidade de docentes, no intuito de explicar sobre questões básicas do design e funcionalidades técnicas para produção de uma boa apresentação em software específico. Neste curso – intitulado Apresentação para Docentes – houve a participação de uma docente com aproximadamente 26 anos de atividade docente, atualmente integrante do corpo docente do curso de graduação em jornalismo do Centro Universitário FIAMFAAM, e um docente com 10 anos de experiência docente, dos cursos de pós-graduação em Design de Interiores Contemporâneo, do Istituto Europeo di Design e também na pós-graduação em Arquitetura de Luxo, da Faculdade Roberto Miranda, todas instituições de ensino localizadas na cidade de São Paulo.

Os objetivos para realizarem o curso perpassavam fundamentos básicos do design de apresentações, bem como de funções básicas quanto à utilização do *software*. Durante o decorrer das aulas do curso, verificou-se que havia uma busca pela melhoria estética dos seus produtos já construídos previamente, pois havia uma demanda discente pela qualidade gráfica das apresentações. “Os nossos alunos são curadores das aulas” foi o que a coordenação argumentou frente à reclamação que discentes fizeram face a construção estética dos slides produzidos pela pessoa docente, para a aula. Outra questão suscitada foi a de como melhorar a relação ensino-aprendizagem, visto que um dos integrantes do curso percebeu fazer uso exclusivo de uma abordagem tradicional e, muito embora não estivesse contido este conteúdo neste curso especificamente, foram apresentadas e discutidas as diversas abordagens de ensino constantes no livro da Mizukami (1986).

O outro curso que também foi construído através da rede de solidariedade entre docentes, deu-se com colegas docentes de universidades das cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis. Para este curso, denominado Ferramentas Digitais Facilitadoras das Atividades Pedagógicas (ou também Ferramentas Digitais no Ensino), foi planejado, elaborado e está a ser ministrado¹² por duas docentes. O preparo foi mais bem elaborado, a divulgação foi mais ampla e foi planejado e aplicado por duas docentes. Este curso foi construído em módulos, sendo o Módulo I com 6 horas de duração e segundo o plano de

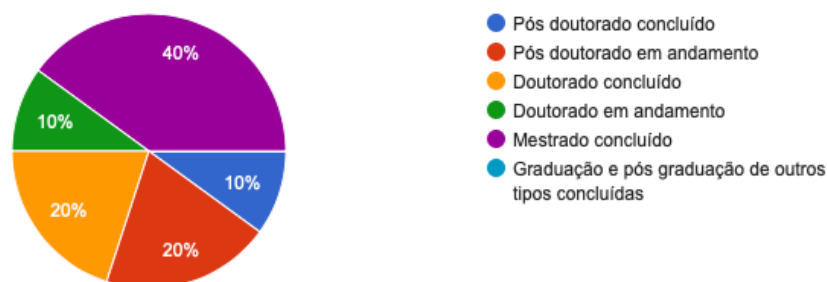
¹² O curso está em andamento, por isso o tempo verbal utilizado.

ensino serão as ferramentas facilitadoras de atividades pedagógicas *Zoom; PowerPoint; Padlet e Mentimeter*.

Como o curso está em andamento, não será possível realizar análises quanto a depoimentos, sínteses das demandas iniciais e as verificadas, tampouco em relação a qualquer análise conclusiva. Diante disto, serão apresentados apenas os resultados obtidos de uma pesquisa inicial para identificar o público docente interessado no curso.

O questionário foi construído online, através do *Google Forms*, composto por 12 perguntas, sendo fechadas e abertas, além dos campos de informação pessoal como nome, email, telefone de contato. Foram 9 docentes respondentes do questionário. Destes, 7 mulheres e 2 homens. Quanto à titulação 40% possui mestrado concluído, empatados em 20% docentes já são doutores e outros 20% de docentes com pós-doutorado em andamento (Figura 2).

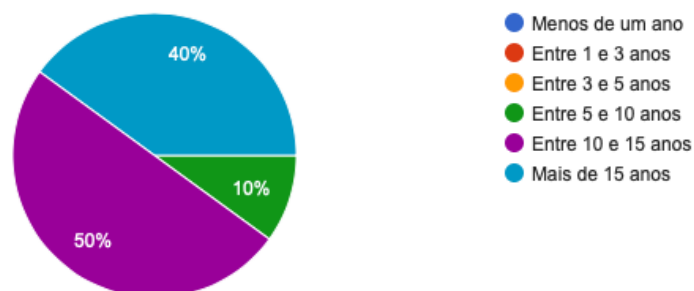
Figura 2 – Titulação dos docentes do curso Ferramentas Digitais no Ensino.



Fonte: BROCHADO; LOBÃO, 2020.

Metade dos professores que estão buscando aprimorar-se em ferramentas digitais possui mais de 10 anos no ensino superior (figura 3).

Figura 3 – Tempo de docência dos professores inscritos no curso Ferramentas Digitais no Ensino.



Fonte: BROCHADO; LOBÃO, 2020.

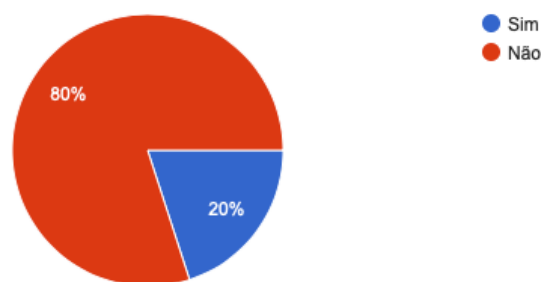
Os interessados pelo curso estão vinculados tanto a IES privadas quanto públicas. A Universidade Católica de Petrópolis teve a maior quantidade de menções (3), seguida por UniCarioca e UERJ, com 2 menções cada e Fase, com apenas uma menção.

Pudemos ver uma heterogeneidade nos cursos que estes professores estão a ministrar aulas. Foram 10 cursos mencionados: Administração e Recursos Humanos; Comunicação Social; Jornalismo; Administração de Empresas; graduação e mestrado em Engenharia; Licenciatura em Música; Marketing; Contabilidade e Direito.

Quando perguntados sobre as disciplinas que ministram, foram apresentadas 19 disciplinas distintas, sendo Roteiro e Produção; Cinema Documentário; Gestão Qualidade; Gestão de Operações; Gestão de Pessoas; Análise e Elaboração de Casos Organizacionais; Teorias do Jornalismo; Técnicas de Redação Jornalística; Design de Jornalismo; Design de Site; Metodologia do Ensino; Formação Musical; Direito do trabalho; Direito empresarial; Introdução ao Marketing; Antropologia de Consumo; Técnica de Entrevista; Reportagem e Assessoria de Imprensa.

Os docentes interessados também foram questionados se antes do processo de virtualização das aulas, em decorrência da pandemia da Covid-19, estes faziam uso de ferramentas digitais para o processo de ensino-aprendizagem. O que pudemos verificar é que 80% dos respondentes disseram que não (Figura 4).

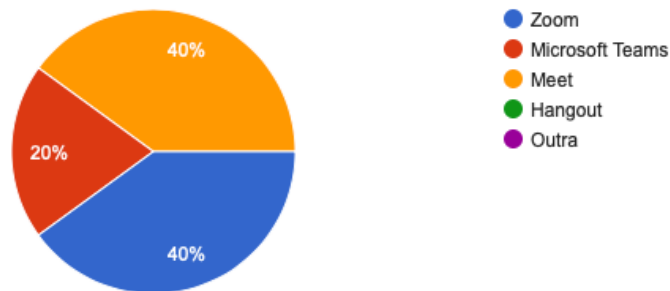
Figura 4 – Gráfico da pergunta “Antes da virtualização das aulas, você já utilizava ferramentas digitais para ensinar?”



Fonte: BROCHADO; LOBÃO, 2020.

Quanto às plataformas de videoconferência mais utilizadas atualmente para as aulas remotas foram o *Zoom* e o *Google Meet*, ambas com 40% (Figura 5).

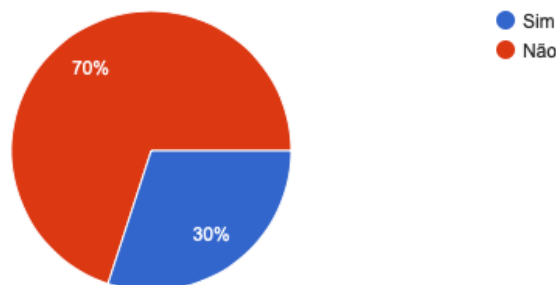
Figura 5 – Plataforma digital de videoconferência utilizada para aulas.



Fonte: BROCHADO; LOBÃO, 2020.

Também foi questionado, para além das plataformas de videoconferência, se os discentes faziam uso de outra ferramenta digital em aula remota e 70% disseram não fazer uso de nenhuma outra ferramenta extra (Figura 6) e aos que responderam fazer uso, as ferramentas mencionadas foram *Sutori*; *Google Drive*; *AVA*; *Moodle* e *Google Classroom*.

Figura 6 – Percentual de docentes que fazem ou não uso de ferramentas digitais extras



Fonte: BROCHADO; LOBÃO, 2020.

Encaminhamentos

“Tenho conversado mais com meus colegas pares, assim afinamos discursos e práticas”. (IEP, 2020, p. 79). Um processo de partilha, de união, de solidariedade deveria ser sempre algo positivo e nunca associado a um processo de precarização do trabalho, seja em qual concepção estejam os atores envolvidos. O que pudemos verificar neste artigo é que é possível a criação de uma corrente de partilha de informações entre docentes. Outras interpretações que podemos já identificar é que, primeiramente,

docentes com mais tempo da prática docente estão a buscar um aprimoramento das suas práticas pedagógicas e que, a maior partes destes mesmos docentes, antes da pandemia da Covid-19, não faziam uso de nenhuma ferramenta de tecnologia digital. O que também pudemos verificar desta pesquisa é que a solidariedade existe entre docentes. Mesmo que estes não sejam da mesma área acadêmica, há uma unidade de partilha.

Em decorrência das demandas advindas dos cursos ministrados, houve o desdobramento de uma etapa prática do módulo inicial, que foi descrito neste artigo e também a criação de mais 3 módulos com as seguintes temáticas: Experiências Colaborativas, Instrumentos de Avaliação e Gamificação. Estes módulos serão ministrados a partir da terceira semana de outubro e terminarão até meados de dezembro de 2020. Por questões temporais, este artigo consegue apresentar parcialmente os resultados destes cursos, o que, certamente, em produções posteriores, serão descritas as análises das entrevistas realizadas com as pessoas docentes participantes dos cursos.

Deste modo, ficaremos com as também conclusões de Costa e Sousa (2020) quanto aos desafios que estão na mesa e que devem ser debatidos é:

O que se pode dizer, pelo menos até o momento, é que a implementação de ensino remoto e/ou ensino híbrido exigirão novos modelos de atuação dos professores e dos estudantes. As peças do quebra-cabeça da educação brasileira serão, inevitavelmente, mexidas. Não se pode apenas perpetuar um modelo tradicional de educação baseado em lousa e giz. Do mesmo modo, não se pode construir, repentinamente, um modelo educacional que atenda a todos, em todos os lugares e a qualquer momento com a falsa ilusão de que se está ensinando remotamente. É preciso educar no presente e, simultaneamente, ressignificar o passado e também o futuro. (COSTA, SOUSA, 2020, p. 63)

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 25 set. 2020.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, 7, n. 1, 15 maio 2020. 257-275.

COSTA, Marcos Rogério Martins; SOUSA, Jonilto Costa. Desafios da Educação e das Tecnologias de Informação e Comunicação durante a pandemia de Covid-19: problematizando a transmissão de aulas assíncronas nos canais de televisão aberta e o uso da internet para fins didático-pedagógicos. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v.

7, n. 3, p. 55-64, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em:
<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/904>. Acesso em: 12 out. 2020.

DW. Deutsche Welle. **Pandemia causou maior interrupção da educação da história, diz ONU**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-causou-maior-interrupção-da-educação-da-história-diz-onu/a-54429634>. Acesso em: 25 set. 2020.

EOCA. **Alicerce: pandemia escancara crise de moradia no Brasil, mas produzir casa adequada para todos é possível e urgente**. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/eoca/reportagens-especiais/moradia-digna-e-prioridade-para-refazer-cidades-pos-covid/#page1>. Acesso em: 25 set. 2020.

FENEP. **Atualização diária! Mapa de Retorno das Atividades Educacionais presenciais no Brasil**. Disponível em: <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-diaria-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil/>. Acesso em: 25 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia do coronavírus**. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 25 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

G1. **Percentual alto de alunos não tem acompanhado as aulas pela internet durante a pandemia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/30/percentual-alto-de-alunos-nao-tem-acompanhado-as-aulas-pela-internet-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2020.

G1. **Justiça determina suspensão de atividades presenciais com servidores civis no Colégio Militar de Brasília**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/09/24/justica-determina-suspensao-de-atividades-presenciais-no-colegio-militar-de-brasilia.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

IEP. **Grupo de Pesquisa IEP**, jul. 2020. Disponível em: <https://www.grupoiep.com>. Acesso em: 25 set. 2020.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. MIA - Marxist Internet Archive, 1845. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

MIZUKAMI, M. D. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

ONU. **Coronavírus: fechamento de escolas deixa 290 milhões de estudantes sem aulas em 13 países**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85210-coronavirus-fechamento-de-escolas-deixa-290-milhoes-de-estudantes-sem-aulas-em-13-paises>. Acesso em: 24 set. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Plano de Retorno às Atividades Presenciais: Ações Pedagógicas, de Gestão e Saúde para as Unidades de Ensino Pós-**

Pandemia da Covid-19. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-de-retorno-as-atividades-WEB-Manaus.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

SENADO NOTÍCIAS. Brasil começa a superar fase aguda da pandemia, afirmam debatedores. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/08/na-comissao-mista-especialistas-analisam-estagio-atual-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNESCO. UNESCO Digital Library. **Considerações para medidas de saúde pública relacionadas às escolas no contexto da COVID-19.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374258_por.locale=en. Acesso em: 12 out. 2020.

UNESCO, UNICEF E OPAS/OMS. **"Reabertura segura das escolas deve ser prioridade", alertam UNICEF, UNESCO E OPAS/OMS.** Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/reabertura-segura-das-escolas-deve-ser-prioridade-alertam-unicef-unesco-e-opasoms>>. Acesso em: 24 set. 2020.

UOL. **Justiça impede retorno de professores civis ao Colégio Militar do Rio.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/09/21/justica-impede-retorno-de-professores-civis-ao-colegio-militar-do-rio.htm>>. Acesso em: 25 set. 2020.

UOL. **Pandemia do coronavírus pode levar fome a quem depende da merenda escolar.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/03/24/pandemia-do-coronavirus-pode-levar-fome-a-quem-depender-da-merenda-escolar.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.